



Elisa Sesana Gomes

**Pré-requisitos legais e modalidades de financiamento
do Sistema de Áreas Verdes:
estudo de caso para o Município de Nova Iguaçu**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Luiz Felipe Guanaes Rego

Rio de Janeiro
Maio de 2010



Elisa Sesana Gomes

**Pré-requisitos legais e modalidades de
financiamento do Sistema de Áreas Verdes: Estudo de
caso para o Município de Nova Iguaçu**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luiz Felipe Guanaes Rego

Orientador

Departamento de Geografia – PUC - Rio

Prof. Danielle de Andrade Moreira

Co-orientadora

Departamento de Direito – PUC – Rio

Prof. Leonardo Name

Departamento de Geografia – PUC – Rio

Prof. Rita de Cássia Martins Montezuma

Departamento de Geografia – PUC – Rio

Prof. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Elisa Sesana Gomes

Graduou-se em Direito na PUC – Rio em 1991. Cursou Pós Graduação em Direito Tributário na UNESA (Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro) em 1992. Cursou Pós Graduação em Direito Ambiental na PUC-Rio em 2007.

Ficha Catalográfica

Gomes, Elisa Sesana

Pré-requisitos legais e modalidades de financiamento do sistema de áreas verdes : estudo de caso para o Município de Nova Iguaçu / Elisa Sesana Gomes ; orientador: Luiz Felipe Guanaes Rego . – 2010.

218 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2010.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Espaço. 3. Políticas públicas. 4. Corredor ecológico urbano. 5. Direito ambiental e urbanístico. I. Rego, Luiz Felipe Guanaes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 910

Para a minha mãe, por ter me contado que os micos
precisavam do corredor de árvores para chegar até as
bananas que deixamos para eles no quintal.

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Luiz Felipe Guanaes Rego por ter-me aberto as portas do mundo das representações em Sistema de Informações Geográficas – SIG.

À minha co-orientadora Professora Danielle de Andrade Moreira pela pertinente bibliografia indicada e seu olho clínico para as sutilezas científicas do Direito Ambiental.

À minha professora Rita de Cássia Martins Montezuma que em uma certa aula do ano de 2009 da disciplina de Ecologia da Paisagem introduziu-me aos conhecimentos das funções dos corredores ecológicos, convenceu-me da possibilidade das trocas gênicas entre os fragmentos florestais urbanos, deu-me o objeto de estudo desta dissertação e com quem aprendi a dimensão de qualidade que o trabalho acadêmico merece ter.

Ao meu professor Augusto César Pinheiro da Silva que, de forma brilhante, me fez enxergar a inter-relação entre as políticas públicas e as formas do espaço.

À PUC – Rio, pelos auxílios concedidos, e especialmente por manter o ensino de excelência e a qualidade do Laboratório de Geoprocessamento – LabGis.

À minha irmã Niva que sempre acreditou nesta empreitada.

À minha mãe inspiradora, por existir.

Ao Eugênio Pineda, pelo carinho.

À minha colega de turma Jacqueline Carlile pelas tantas ajudas no manuseio do ArcGis.

Ao Felipe Junqueira, pela gentileza de tanto ter me ajudado no escritório para que eu pudesse dedicar meu tempo a este estudo.

A todos os professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os funcionários do Departamento e especialmente à Márcia Coutinho por ser incansável.

Resumo

Gomes, Elisa Sesana; Rego, Luiz Felipe Guanaes. **Pré-requisitos legais e recursos financeiros do Sistema de Áreas Verdes: estudo de caso para o Município de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, 2010. 218 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dimensão intencional protetiva da sadia qualidade de vida que informa os Princípios de Direito Ambiental é, por este estudo, traduzida na ação de mapeamento das legislações ambiental e urbanística em Sistema de Informação Geográfica (SIG) para a concepção de estruturas espaciais que favoreçam o intercâmbio gênico entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral da Reserva Biológica do Tinguá e do Parque Municipal de Nova Iguaçu. A análise das formas-conteúdo existentes no espaço mapeado informam as técnicas jurídico-político-financeira a serem utilizadas para a implementação do “Sistema de Áreas Verdes” na parte central de baixada do Município de Nova Iguaçu, em cumprimento às exigências contidas nos artigos 126 e seguintes do Projeto do Novo Plano Diretor Municipal, ação que pode vir a determinar um novo processo histórico de ocupação dos referidos espaços urbanos e rurais, refuncionalizando-os em corredores ecológicos.

Palavras-chave

Espaço; políticas públicas; corredor ecológico urbano; direito ambiental e urbanístico.

Abstract

Gomes, Elisa Sesana; Rego, Luiz Felipe Guanaes (Advisor). **Legal pre-requisites and financing resources of the Green Area Systems: case study for the City of Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro, 2010. 218 p. MSc. Dissertation - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Protective intent of healthy quality of life that form the basis for the Legal Environmental Principles are, on this study, translated into mapping of the environmental and urban legislation in Geographical Information System (GIG) for the conception of spatial structures that promote genetic interchange between full preservation units of Tinguá Biological Reserve and the Municipal Park of Nova Iguaçu. Existent form-content analysis on mapped space that substantiates the legal-political-finance techniques to be used for the implementation of the “Green Areas System” in the central lowland area of Nova Iguaçu, as set forth in articles 126 through 136 of the proposed new Municipal Urban Planning Directive, which may dictate a new historical occupation process of both urban and rural areas of Nova Iguaçu, recasting them to function as ecological corridors.

Keywords

Espace; government policies; urban green wedges; environmental and urban law.

Sumário

1. Apresentação	15
2. Introdução	17
3. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos: a intencionalidade legislativa e a técnica da Ecologia de Paisagem aplicadas ao Sistema de Áreas Verdes	22
4. A intencionalidade protetiva do meio ambiente inserida nas normas de Direito Ambiental	38
4.1. A competência legislativa	43
4.1.1. A competência para a edição de normas gerais pela União Federal e a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local	44
4.1.2. A competência da União, Estados Federados, Distrito Federal e Municípios	51
4.2. A competência executiva	56
5. Aspectos de forma e conteúdo do espaço municipal de Nova Iguaçu	65
5.1. As ações de mapeamento do espaço do “Sistema de Áreas Verdes” em Sistema de Informações Geográficas – SIG	75
6. Recursos políticos, jurídicos e financeiros para o Sistema de Áreas Verdes	87
6.1. Intervenção para a recomposição da Área de Preservação Permanente ao longo dos principais rios do município	89
6.2. As demais APP que não estão localizadas nos principais rios do	

município	97
6.3. Intervenção para a criação de caminhos verdes viários: qualificação de vias do sistema principal, qualificação das vias das centralidades e dos Bairros Escola e implementação de ciclovias.	98
6.4. Verde dos equipamentos sociais integrantes do “Sistema de Áreas Verdes”	102
6.5. Considerações sobre a valoração ambiental e o financiamento do “Sistema de Áreas Verdes”	102
6.6. Da complexidade do espaço das políticas públicas	104
6.6.1. Do espaço das políticas de saneamento, habitação, mobilidade e estruturação territorial no Município de Nova Iguaçu	105
6.6.2. Do espaço das normas que promoverão o financiamento do “Sistema de Áreas Verdes”: fontes orçamentárias públicas	109
7. Conclusão	121
8. Referências bibliográficas	123

Lista de quadros

Quadro 1 – Metragem das Áreas de Preservação Permanente	54
Quadro 2 – Metragem das áreas non aedificandi ao longo dos eixos viários	56
Quadro 3 - Usos Predominantes e Índices de Utilização de Lotes no Município de Nova Iguaçu	80
Quadro 4 - Estrutura viária principal a ser qualificada com arborização Urbana	81
Quadro 5 - Possíveis áreas para implementação de novas praças	82

Lista de Figuras

Figura 1: Morro da Cruz. Vista para norte do município de Nova Iguaçu.	73
Figura 2: Via Light	73
Figura 3: Rio Botas	74
Figura 4: Norte da margem norte da Via Dutra	74
Figura 5: Próximo à Área de Proteção Ambiental de Tinguazinho	75

Lista de Mapas

Mapa 1 – Estado do Rio de Janeiro - Faixas de Altitude e Bacias Hidrográficas

Mapa 2 – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Mapa 3 – Nova Iguaçu: Unidades de Conservação, Zonas Rurais, Rede Hídrica, Ferrovias, Rodovias, Linhas de Transmissão e Dutos

Mapa 4 – Altimetria e principais rios de Nova Iguaçu

Mapa 5 – Classificação dos Solos – Subordem 1

Mapa 6 – Macro-zonas e Uso do Solo Lei Municipal n. 2.882/97

Mapa 7 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal

Mapa 8 – Primeiros bairros e atuais URG

Mapa 9 – Densidade Populacional

Mapa 10 – Renda por chefe de família

Mapa 11 – Caminho Verde da Rede Hídrica e quadras

Mapa 12 – Sistema de Áreas Verdes

Lista de Anexos

- Anexo 1 – Excertos do Projeto do Novo Plano Diretor Municipal de Nova Iguaçu.
Lei Complementar s/n de 12 de maio de 2008
- Anexo 2 - Descrição dos principais problemas das Unidades de Conservação de
Nova Iguaçu
- Anexo 3 - Excertos da Lei n. 9.985/2000 – Lei do SNUC
- Anexo 4 - Excertos da Constituição da República Federativa do Brasil
de 1988
- Anexo 5 – Excertos da Lei n. 4.771/1965 – Código Florestal
- Anexo 6 – Excertos da Lei n. 11.257/2001 – Estatuto da Cidade
- Anexo 7 – Excertos da Lei Municipal n. 3.129, de 10 de novembro de 2000 –
Código Municipal de Meio Ambiente de Nova Iguaçu
- Anexo 8 – Excertos da Lei Municipal n. 2.869/97 – Política Municipal de Meio
Ambiente de Nova Iguaçu
- Anexo 9 – Excertos da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu de 30 de maio de
1990

O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.

Princípio 14 da Declaração de Estocolmo (1972)